# APRESENTAÇÃO[1]

A edição de número 81 do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* (BMT) contém o tradicional texto *Análise da conjuntura do mercado de trabalho no Brasil* e as seções de *Notas técnicas*, *Política em foco* e *Economia solidária e políticas públicas*.

O texto *Análise da conjuntura do mercado de trabalho no Brasil* apresenta os principais indicadores do mercado de trabalho no país para o quarto trimestre de 2025. A trajetória positiva do mercado de trabalho continuou no período analisado. Destacam-se a queda da taxa de desocupação para o menor valor da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e o crescimento da formalidade, com a maior taxa de formalização observada para o quarto trimestre desde 2015, e crescimento significativo nos postos formais tanto nos dados da PNAD quanto do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Os setores que mais contribuíram para o crescimento do emprego total foram setores com níveis elevados de formalização, notadamente saúde e educação e informática, financeiro e serviços a empresas.

Além da análise conjuntural, as contribuições adicionais estão organizadas em três seções.

A seção de notas técnicas é composta por quatro textos. No primeiro, *Outras formas de inserção das pessoas trans no mercado de trabalho: microempreendedorismo individual e serviço público*, Felipe Vella Pateo, Alberto Luis Araújo Silva Filho e Filipe Matheus Silva Cavalcanti complementam a análise publicada na edição anterior do BMT, que havia retratado a inserção e as características dessa população no assalariamento formal. O estudo expande o olhar para o microempreendedorismo individual e o serviço público, e conclui que a inserção no MEI, além de mais precária, não compensa o déficit de participação no assalariamento formal, e que o poder público reproduz, de maneira ainda mais acentuada, as desigualdades presentes no setor privado.

No segundo texto, *Inserção das mães solo no mercado de trabalho brasileiro*, Mariene Ramos, Carlos Henrique Corseuil e Marcos Hecksher investigam as penalidades enfrentadas pelas mães solo brasileiras, mulheres responsáveis por domicílios com filhos e sem cônjuge, que representam cerca de um quinto dos responsáveis por domicílios no Brasil. O estudo constata que esse grupo está sobrerrepresentado em setores historicamente desvalorizados, como os serviços domésticos, e enfrenta penalidades de rendimento em relação a outros arranjos familiares: as mães com cônjuge já enfrentam penalidade significativa em relação a pais com cônjuge, e as mães solo acumulam desvantagem adicional em relação àquelas. Os autores identificam ainda penalidades na qualidade das ocupações, com menor cobertura previdenciária e menor formalidade do vínculo.

Em *Dependência e precarização do trabalho no Brasil contemporâneo*, Marcell Machado dos Santos, João Vitor Silveira Pereira e Bernardo Sávio Campos analisam as mudanças recentes do mercado de trabalho na última década a partir da Teoria Marxista da Dependência, mobilizada como chave explicativa para a condição generalizada da precarização do trabalho no Brasil. O

1. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/bmt81/apresentacao.

texto argumenta que, embora o período de 2003 a 2013 tenha apresentado melhoras importantes, com recuo da informalidade e valorização do salário mínimo, esse cenário se reverte a partir de 2015, com o aumento do desemprego, a expansão da plataformização do trabalho e a aprovação da reforma trabalhista e da lei da terceirização, mudanças que os autores situam no contexto do aprofundamento da precarização do trabalho.

No quarto texto, *Eficiência técnica nas taxas de ocupação de mulheres negras sem escolaridade nas macrorregiões brasileiras: uma aplicação de fronteiras estocásticas*, Alexandre Marinho estuda a trajetória das taxas de ocupação das mulheres negras brasileiras sem escolaridade, com dados trimestrais da PNAD Contínua entre 2012 e 2024. O autor constata que a taxa de ocupação das mulheres negras é a menor entre todos os grupos populacionais em todos os níveis de escolaridade, e que as disparidades regionais observadas são mais sensíveis ao ciclo econômico do que a características das próprias trabalhadoras, como renda e experiência.

A seção seguinte, *Política em foco*, conta com quatro textos. O primeiro, *O debate em torno da "pejotização" do trabalho no Brasil: contexto histórico e situação atual*, de André Gambier Campos, examina a discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) em torno da licitude da contratação de trabalho sob a forma de pessoa jurídica. O texto reconstrói o histórico das regulações que, desde a década de 1990, incentivaram contratos 'pejotizados' e apresenta evidências empíricas da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sobre a trajetória desses trabalhadores. O autor conclui que a opção pelo vínculo PJ é um fenômeno crescente, mas não irreversível, que uma parcela relevante dos 'pejotizados' retorna ao assalariamento nos anos seguintes, e que uma eventual decisão do STF terá consequências ainda não dimensionadas nos âmbitos previdenciário, tributário e de regulação do mercado de trabalho.

Em *Ações do Ministério do Trabalho e Emprego diante da calamidade climática no Rio Grande do Sul em 2024: o papel dos fundos trabalhistas (FAT e FGTS)*, Sandro Pereira Silva analisa as principais medidas adotadas pelo MTE em resposta às enchentes que, em 2024, atingiram a maior parte do território gaúcho. O estudo conclui que o MTE respondeu de forma célere e coordenada, mobilizando o FAT e o FGTS por duas vias principais: a antecipação do Abono Salarial e a extensão das parcelas do Seguro-Desemprego, e o Saque Calamidade do FGTS. O texto aponta, porém, limitações estruturais do sistema de seguridade social quanto à cobertura dos trabalhadores informais, e indica a necessidade de ampliar o arcabouço institucional diante dos novos riscos climáticos.

No texto *A Inteligência Artificial e o trabalho nos países do BRICS: cenário recente e algumas proposições para os governos*, Paula Montagner sistematiza os resultados de pesquisa realizada pela rede de institutos associados aos Ministérios do Trabalho dos países do BRICS. O propósito do estudo era atualizar o conhecimento sobre os impactos da inteligência artificial sobre trabalhadores de diferentes setores nessa transição em cada país, considerando a intensidade do uso dessas tecnologias, as transformações nos processos de trabalho e os desafios éticos, e oferecer indicações aos governos sobre como manter as transformações centradas nas pessoas.

Em *Capacidades estatais e efetividade das políticas de emprego: estudo de caso dos Sistemas Nacionais de Emprego em municípios mineiros*, Leonardo Assis Martins Júnior, Carlos Eduardo

Chagas de Souza e Lucas Melo Franco Fainblat investigam como atributos institucionais das equipes do Sistema Nacional de Emprego (Sine) se relacionam com a efetividade da política de intermediação de mão de obra. A partir de um Índice de Capacidade Weberiana desenvolvido pelos autores e aplicado em quatro municípios de Minas Gerais, o estudo conclui que unidades com estrutura física dedicada à intermediação e com maiores capacidades burocráticas tendem a apresentar resultados melhores na colocação de trabalhadores no mercado formal.

A seção final, *Economia solidária e políticas públicas*, traz dois artigos. Em *O cooperativismo no Brasil frente à realidade latino-americana: reflexões a partir de dados oficiais*, Felipe Vella Pateo e Felipe Correa sistematizam os dados disponíveis sobre o cooperativismo brasileiro e os cotejam com a realidade de outros países da América Latina. Os autores concluem que a densidade cooperativa brasileira ainda está abaixo da maioria dos países da região, o que pode ser explicado por uma legislação mais apropriada às grandes cooperativas tradicionais do que às pequenas cooperativas populares, e identificam desafios relevantes na mensuração do setor decorrentes das mudanças na forma de captação de dados da Rais.

No segundo artigo da seção, *Fundo rotativo solidário da Coomafes: crédito, autogestão e empoderamento feminino no município de Valença, Bahia*, Aline de Oliveira Andrade, Evely Nascimento dos Santos e Ravena dos Santos Nascimento analisam a implementação do Fundo Rotativo Solidário da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença (Coomafes), criado em 2023, destacando sua trajetória, seus instrumentos de gestão e seus impactos no fortalecimento econômico e organizativo das cooperadas. As autoras concluem que o fundo transcende sua função econômica e opera como instrumento político-pedagógico de emancipação, articulando geração de renda, práticas de autogestão, sustentabilidade e igualdade de gênero, confirmando o papel das finanças solidárias como alternativa concreta frente às históricas limitações do sistema financeiro formal para as mulheres agricultoras.